

Teleconferência de Resultados do 1T15 20 de maio de 2015

Operadora:

Bom dia, e obrigado por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao primeiro trimestre de 2015.

Estão presentes a Diretoria e assessores da CESP.

Informamos que este evento está sendo gravado e todos os participantes estão conectados apenas como ouvintes. Mais tarde iniciaremos a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores, e logo após, atenderemos às perguntas da imprensa, quando mais instruções serão fornecidas. Caso seja necessária a ajuda de um operador durante a teleconferência, basta teclar “asterisco zero”. Perguntas só poderão ser feitas através do telefone.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet, via webcast, podendo ser acessado no endereço ri.cesp.com.br, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores.

Gostaríamos de informar que esta teleconferência está sendo simultaneamente traduzida para o inglês, a fim de atender aos investidores estrangeiros da Companhia.

Informamos que os participantes que estão ouvindo o evento em inglês também poderão fazer perguntas durante a sessão de perguntas e respostas. O replay deste evento estará disponível algumas horas após o encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaríamos de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Senhores podem prosseguir.

Almir Martins: Bom dia, sou Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Obrigado pela participação de todos na teleconferência da CESP sobre os resultados do primeiro trimestre de 2015.

Encontram-se à mesa o senhor Mauro Arce, Presidente e assessores.

Começamos a apresentação pelo slide número 2.

Nele demonstramos que as Receitas de Energia tiveram uma queda de 50% no 1T15 contra o 1T14, alcançando R\$ 933 milhões.

As vendas no ACR - Ambiente de Contratação Regulada – parte cinza do gráfico atingiram R\$ 247 milhões.

No ACL - Ambiente de Contratação Livre – parte vermelha do gráfico – as vendas foram de R\$ 649 milhões.

A receita obtida na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – parcela preta do gráfico – atingiu R\$ 36 milhões, com forte redução com relação ao 1T14 mesmo tendo a Companhia expressiva quantidade de energia descontratada (cerca de 640 MW médios no trimestre) que pretendia liquidar na CCEE a preços de PLD. Mas a Cesp, assim como todos os geradores hidrelétricos, continuou sendo impactada pela deterioração da situação hídrica do país, que levou o GSF a uma média de 0,792 no primeiro trimestre de 2015, ante 0,961 no mesmo período do ano anterior.

Como pode ser visto na tabela abaixo, a esquerda, a Cesp acabou suprindo o MRE, com 1.467 GWh à Tarifa de Energia de Otimização, e liquidando apenas 63 GWh no Mercado de Curto Prazo a preços de PLD, invertendo o cenário do 1T14, quando havia liquidado a preços de PLD, 1.523 GWh. O impacto na receita neste ambiente foi ainda agravado pela decisão da ANEEL de reduzir o teto do PLD, praticado a partir de janeiro de 2015.

Apenas para fins de registro, informamos que este ano, entrou em vigor o Novo Plano de Contas do Setor Elétrico que, entre outras alterações, reclassificou algumas despesas para Deduções à Receita.

Assim, abaixo, à direita, temos as Deduções à Receita, de R\$ 160 milhões, que foram 26,5% inferiores ao 1T14. Desse modo, a Receita Líquida alcançou R\$ 780 milhões, incluindo o valor de Outras Receitas.

No slide 3, à esquerda, vemos a quantidade de energia vendida em GigaWatt Hora, por segmento. Foram 7.023 GWh no primeiro trimestre de 2015 e 8.830 GWh no 1T14, uma queda de 20,5% nas quantidades totais comercializadas, reflexo: primeiramente da redução da geração hídrica, comandada pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico e também pela deterioração da situação hídrica do país, que afetou o GSF (*Generation Scaling Factor*). Tal fato reduziu a garantia física de todos os geradores hidráulicos do país, e nesse contexto a Companhia teve reduzida sua energia para comercialização.

Do lado direito podemos ver que o preço médio de venda do MegaWatt Hora caiu 36,3% quando comparamos com o 1T14, atingindo R\$ 132,87, reflexo,

principalmente, da contabilização na CCEE, onde o preço médio das vendas no Spot reduziu-se para R\$ 377,12 centavos. Já os preços médios dos contratos ficaram em R\$ 163,26 centavos, por conta das atualizações dos preços contratuais e do vencimento de contratos antigos com preços mais baixos.

No slide 4 mostramos à esquerda, os níveis médios dos reservatórios do subsistema Sudeste/Centro Oeste. Apesar dos baixos níveis dos reservatórios em comparação com os demais anos, a linha azul claro indica um nível de 33,5% ao final de abril de 2015, o que deve evitar, de acordo com nossa avaliação, a possibilidade de racionamento de energia neste ano.

No gráfico à direita, a linha azul claro mostra que o PLD atingiu o teto determinado pela ANEEL de R\$ 388,48 nos quatro primeiros meses de 2015, teto este reduzido com relação ao até então vigente em 2014 de R\$ 822,23.

Na parte inferior do slide, podemos ver o PLD médio do trimestre, apurado na CCEE, R\$ 388,48 no 1T15 e de R\$ 669,76 verificado no 1T14.

Podemos observar, no slide 5, que as Despesas Operacionais ficaram em linha trimestre contra trimestre e somaram R\$ 385 milhões.

Do total das despesas, 82,5%, parte vermelha do gráfico, podem ser classificadas como Não Gerenciáveis e 17,5% como Gerenciáveis.

As despesas Gerenciáveis, parte cinza do gráfico, tiveram redução de 10,8%. Os itens que mais contribuíram para esta queda, demonstrados ao lado direito do gráfico foram: Despesa de Pessoal com menos 8,3% e o Plano de Incentivo à Aposentadoria, em que houve constituição de provisão de R\$ 6 milhões no primeiro trimestre do ano passado.

Com relação às despesas Não Gerenciáveis, houve a contabilização de R\$ 42 milhões, referentes à Energia Comprada junto à CCEE, por força dos fatores sistêmicos do trimestre (MRE e GSF).

O slide 6 demonstra que o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 575 milhões no 1T15, 61,0% inferior ao mesmo período de 2014. A margem no 1T15 ficou em 73,8% contra 89,6% do primeiro trimestre de 2014.

O quadro ao lado mostra a composição do EBITDA Ajustado, para melhor entendimento.

No próximo slide, slide 7, vemos que o Resultado Financeiro no 1T15 foi negativo em R\$ 207 milhões, sendo 527% superior quando comparado aos R\$ 33 milhões negativos no 1T14.

As Receitas Financeiras somaram R\$ 48,5 milhões, 66,5% superiores ao 1T14, reflexo da aplicação da maior disponibilidade de caixa.

O Total das Despesas Financeiras, incluindo Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras foi de R\$ 82,5 milhões no 1T15, sendo 76,8% superior ao 1T14, devido ao recolhimento do imposto de renda sobre remessa ao exterior, referente ao pagamento do Bônus Série 8, liquidado em janeiro de 2015.

No trimestre, as Variações Monetárias Líquidas resultaram em R\$ 21,8 milhões negativos. As Variações Cambiais somaram R\$ 151,3 milhões negativos, refletindo a valorização de 20,8% do Dólar Americano perante o Real no trimestre.

Para melhor compreensão, do lado direito do slide pode ser visto o comportamento do dólar e as receitas e despesas cambiais nos períodos.

O slide 8 mostra que a Dívida Financeira em 31 de março de 2015 era de R\$ 1,818 bilhão, 34,6% inferior a 31 de dezembro de 2014, reflexo do pagamento do Bônus Série 8 em janeiro de 2015.

A dívida em moeda estrangeira era de US\$ 263 milhões, representando 46,5% do total da dívida da Companhia. Essa dívida em moeda estrangeira equivalia a R\$ 845 milhões.

No canto inferior direito nota-se que as disponibilidades ao final de março de 2015 somavam R\$ 1,701 bilhão, resultando em uma Dívida Líquida, naquela data, de R\$ 117 milhões.

Podemos, no slide 9, ver o perfil da dívida e seus vencimentos para os anos seguintes.

Em 2015 já foram pagos R\$ 1,105 bilhão, dos quais R\$ 978 milhões foram referentes ao pagamento do Bônus Série 8, do nosso programa de Notas de Médio Prazo, restando R\$ 495 milhões a serem pagos durante o ano, até dezembro de 2015.

A dívida pós-2015 é basicamente constituída pelo FIDC IV, é o último FIDC que resta, com vencimentos mensais até 2017, e também pelo compromisso com o BNDES, em moeda estrangeira, pagável bimestralmente até 2019.

No próximo slide, slide 10, pode-se verificar que partindo da posição de 2014, onde tínhamos R\$ 2,661 bilhões, temos R\$ 114 milhões de atualização monetária e juros; constituição líquida de provisões de R\$ 57 milhões, decorrente da reclassificação de ações judiciais pelos nossos advogados; e desembolso efetivo de caixa, com pagamentos de R\$ 22 milhões com as ações judiciais. Em 31 de março de 2015 o saldo era de R\$ 2,696 bilhões, uma variação de 1,3%.

Desta maneira, concluímos nossa apresentação. Agradecemos a participação de todos e abrimos a reunião para a seção de perguntas e respostas.

=====

Operadora: Senhoras e senhores, iniciaremos agora a sessão de perguntas e respostas. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco 1” (*1). Para retirar a sua pergunta da lista, digite a tecla “sustenido” (#). Ao final das perguntas feitas por analistas, teremos um período para perguntas da imprensa. Lembrando que para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). Mais uma vez, para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). O senhor **Vinícius Tsubone**, do UBS gostaria de fazer uma pergunta.

Vinícius Tsubone, UBS: Oi, bom dia, obrigada pelo *call*. Eu gostaria de ter uma atualização sobre a compensação para Três Irmãos, como é que está o processo. Obrigado.

Almir Martins: Vinícius, bom dia. A indenização de Três Irmãos é composta juridicamente de duas parcelas, uma parcela que nós chamamos de valor incontroverso, cerca de R\$ 1,700 bilhão, referido a 2015, perdão, a 2012. Esse número continua a ser atualizado monetariamente. É uma diferença que nós pleiteamos, porque nós entendemos que nós temos direito a uma indenização maior do que isso. A parte mais significativa do valor da indenização, o valor principal, caminhará para uma perícia judicial, ação que levará anos, nós estamos imaginando aí cerca de cinco anos nesta ação. E o que a CESP pleiteou em separado é que esse valor incontroverso, que o Governo Federal já concordou em pagar em sete anos, parcelas mensais, que esse valor seja iniciado o pagamento. Em final de abril nós tivemos algumas alterações nesse processo e está refletido nas notas explicativas de nossas demonstrações financeiras como evento subsequente. Então nós tivemos ao final de abril uma decisão favorável à CESP, onde o juiz manifestou-se claramente no sentido de que o Governo Federal iniciasse os pagamentos, e no dia seguinte nós tivemos uma suspensão dessa decisão por um desembargador, atendendo um recurso do Governo Federal. Alguns dias depois, ainda em abril, nós entramos com uma nova reclamação, com novos argumentos nossos. Isso aí ainda não tem nenhuma manifestação, então temos que aguardar mais um pouco a decisão em relação ao Poder Judiciário.

Vinícius Tsubone, UBS: Entendi, obrigado.

Operadora: O senhor André Sampaio, do Santander, gostaria de fazer uma pergunta.

André Sampaio, Santander: Bom dia, obrigado pelo *call*. Eu queria saber se tem algum desenvolvimento na questão do plano de investimento, a visão do futuro da empresa.

Almir Martins: Bom dia André. Não, não temos novidades, na verdade a gente tem feito bastante estudos e bastante conversas, mas nenhuma decisão a respeito. Então não temos ainda notícias nesse sentido.

André Sampaio, Santander: Ok, obrigado.

Operadora: Lembrando que para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). Mais uma vez, para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). Senhoras e senhores abriremos agora a sessão de perguntas e respostas para a imprensa. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco 1” (*1). Para retirar a sua pergunta da lista, digite a tecla “sustenido” (#). O senhor **Maurício Godoy**, da Agência Canal Energia, gostaria de fazer uma pergunta.

Maurício Godoy, Agência Canal Energia: Bom dia Almir, tudo bem? Bom, eu gostaria de saber Almir, na verdade eu queria uma atualização sobre a questão... ontem a Cemig tinha, na sua teleconferência, que estava em negociações com a MME para manter as concessões das três usinas, Jaguará, Miranda e São Simão, que eles ainda estão discutindo. Eu não lembro se foi você ou se foi o doutor Arce que disse que se isso ocorresse realmente, que a CESP também poderia, talvez, seguir esse mesmo caminho. Vocês têm tomado alguma atitude nesse sentido, ou não? Como é que está

essa situação? E como é que vocês veem essa abertura que o MME deu aí esse ano para que pudesse ocorrer isso?

Almir Martins: Bom dia Maurício. Nós não temos notícia ainda de nenhuma novidade em relação a Cemig. Sei que há conversas, mas a novidade, se é que a gente pode dizer que isso seja uma novidade, é que o Ministério de Minas determinou à ANEEL que realize em setembro, ou até setembro, o leilão para a escolha dos futuros operadores em todas aquelas usinas que ou venceram ou estão vencendo a concessão. Nessa é Portaria do Ministério de Minas existe um anexo, nesse anexo estão incluídas cerca de 18 usinas da Cemig. E estão incluídas as nossas duas, que é Ilha Solteira e Jupia. Então a ANEEL a partir daí vai tomar as iniciativas de organizar um leilão, vai abrir uma audiência pública, então não temos outras novidades a respeito. Nós iremos operar Ilha Solteira e Jupia, provisoriamente, até a realização desse leilão.

Maurício Godoy, Agência Canal Energia: E vocês pretendem participar desse leilão aí que o governo vai realizar, ou não? Realmente a intenção, a decisão é terminar a concessão e deixar o ativo de vez?

Mauro Arce: Maurício, Mauro Arce que está falando. Bom, nós fomos consultados pelo Ministério de Minas e Energia sobre a possibilidade de que enquanto não se realizar esses leilões de concessões, se a gente poderia continuar operando. Nós respondemos que sim, isso já faz uma semana, mas nós não tivemos uma resposta. Eu entendo que já que eles perguntaram e nós falamos que sim, que a gente vai continuar. Mas como ainda oficialmente não temos nenhuma resposta sobre isso, nenhuma confirmação, nós entendemos que eles precisam nos avisar. Até porque a nossa data é 07 de julho, até lá eles podem nos avisar. Então nós estamos preparados para operar até que haja a licitação, mas a gente tem que aguardar uma manifestação oficial do Ministério.

Maurício Godoy, Agência Canal Energia: Mas vocês pretendem participar desse leilão para mudar aí a figura, para vocês serem os operadores das usinas, a partir, depois do leilão? Vocês estão preparados a disputar esse leilão também?

Mauro Arce: Até agora leilão para isso só foi feito o de Três Irmãos. E lá então foi feito um leilão onde Furnas participou como minoritária, a CESP, para participar como minoritária ela precisa ter o 'de Acordo' da Assembleia mudando a legislação, nós já entramos com pedido. Seria uma possibilidade, a operação através de uma Sociedade de Propósito Específico. E aí, evidentemente, vai depender muito do que vai ser colocado lá no leilão, qual é o objeto dessa concessão, quanto se pagará, porque esse valor a gente não sabe de antemão. Então não queremos dizer que não, nem que sim, mas a gente estudará a melhor forma para eventual participação.

Maurício Godoy, Agência Canal Energia: Está certo então, obrigado doutor Arce.

Operadora: O senhor André Magnabosco, da Agência Estado, gostaria de fazer uma pergunta. Por favor, senhor André, pode prosseguir.

André Magnabosco, Agência Estado: Bom dia Mauro, bom dia Almir, bom dia a todos. Eu tenho, na verdade, duas perguntas. A primeira a gente está falando sobre plano de expansão da empresa, eu queria saber se aquele processo de contratação de uma consultoria foi abandonado, porque tinha um prazo ainda no ano passado, o prazo foi para o final do ano, no começo de 2015. E agora a gente já vê o governo sinalizando,

mandando um texto para a Assembleia solicitando aí uma mudança de legislação para que a empresa possa participar de SPEs como minoritária, mas quer dizer, o assunto da consultoria sumiu. Eu queria saber se esse projeto foi abandonado, ou se ele, de alguma maneira, vai guiar os passos da CESP. A segunda pergunta, ainda é na questão de expansão e de SPEs. Três semanas atrás, o secretário de Energia de São Paulo falou sobre um projeto, aliás, ele tem falado muito sobre esse modelo de SPE, da CESP ser um indutor de investimento no estado, e ele falou sobre a concessão de uma térmica, tendo como parceira a EMAE, num terreno da EMAE. O que vocês vislumbram para o crescimento da CESP, tem alguma mudança no perfil dos projetos? A CESP tende a ter um foco mais em energia renovável? Eu sei que ainda depende dessa aprovação na Assembleia, do projeto das SPEs, mas o que vocês vislumbram hoje para o futuro da CESP? Muda muito, vocês de repente podem ir mais para a energia eólica, para a biomassa de cana, alguma coisa nesse sentido?

Almir Martins: Bom dia André, é Almir falando. O processo de consultoria, eu tenho dito isso com frequência, ele obedece a legislação e as normas da lei 8.666. A última etapa do processo foi a publicação do vencedor. Nós publicamos o resultado, houve um período de abertura de um período para contestação, apresentação de recursos. De fato um concorrente apresentou recursos, em seguida você abre um prazo para que aquele vencedor apresente contrarrazões, e isso foi feito. No momento nós estamos analisando esse processo, nós não finalizamos o processo de consultoria ainda, ok? Sobre o aspecto do futuro da CESP, provavelmente tem a ver aí com planos de governo, com Secretaria de Energia, e com o trabalho da consultoria. Não temos nada definido ainda em relação a isso. O que o secretário de Energia tem dito é que nós seremos parceiros, eventualmente, em alguma coisa que faz sentido para o Estado de São Paulo.

Mauro Arce: Só complementando, com relação a isso, essa colocação que você fez, do que o secretário Meirelles informou, esse projeto envolvendo termoelétrica está colocada na EMAE, até porque a EMAE já aprovou o estatuto dela, e na lei que já foi aprovada anteriormente pela Assembleia Legislativa ela pode participar de processos com a constituição de Sociedade de Propósito Específico até minoritariamente. Então essa parte das termoelétricas tem sido discutida com a EMAE, e a CESP não tem participado. O que a CESP tem participado é de pequenas centrais hidrelétricas, a gente tem uma pequena central hidrelétrica no Rio Pardo, que a gente tinha um projeto já definido e nós retomamos esse processo. Do ponto de vista técnico tivemos já contatos com a Agência Reguladora, etc., essa é uma possibilidade, e evidentemente depende da aprovação do projeto de lei que o Governo do Estado encaminhou à Assembleia, propondo a mudança nessa lei que rege a empresa CESP em particular.

André Magnabosco, Agência Estado: Mauro, desculpa te interromper, mas só para complementar e ficar mais claro, a CESP vai continuar dando andamento nesses projetos mesmo sem o andamento desse processo de consultoria? Eu queria entender, porque esse processo de consultoria a gente tem acompanhado todos esses trâmites burocráticos, e o fato dele estar paralisado há tanto tempo, mas parece que o governo está tentando agilizar. O governo orienta a CESP para que agilize esse processo de crescimento da empresa mesmo sem esse processo de consultoria. Eu queria entender, a consultoria, ela vai determinar os próximos passos da CESP, ou a CESP hoje

está dando estes próximos passos, mesmo sem a conclusão desse processo de contratação de consultoria?

Mauro Arce: A CESP nem encerrou, pois nós temos os recursos sendo analisados aí no processo de contratação da consultoria. Isso é uma coisa. A outra é, houve uma decisão, e isso é público, em relação a distribuição de dividendos, e a CESP fez uma distribuição, estamos pagando agora no final de maio, próxima semana, uma parte, metade desse dividendo que ainda é devido. Então, realmente, recurso para fazer investimentos são pequenos, por isso a importância da gente caminhar, e essa é uma decisão de governo, para a mudança da legislação. Foi a proposta que foi feita e a gente está aguardando sem prejuízo de, um processo muito lento que ocorre, infelizmente, para a contratação dessa consultoria. Toda hora vem alguém que entra com recurso, você tem prazos a serem cumpridos. O processo é muito burocrático em relação a isso. Então nós não estamos, como você colocou, nós não estamos parados, estamos fazendo aquilo que é possível fazer, com os mecanismos que a gente tem hoje. Até para falar: nós vamos esperar resolver o problema da contratação de um consultor para tomar qualquer atitude? Nós estamos saindo um pouco mais à frente naquilo que for possível, mas agora existe um ponto fundamental aí, o estado de São Paulo é o maior produtor na área do sucroalcooleiro, e a produção de energia através da biomassa é alguma coisa muito interessante, tecnicamente e economicamente. E o Estado, de alguma forma, tem trabalhado nessa direção, participando e ajudando a iniciativa privada, incentivando a iniciativa privada para que isso venha a ocorrer. Mas nós estamos aguardando a lei de um lado, e ao mesmo tempo, vamos ver se a gente consegue superar esse número grande de questionamentos que são feitos no processo de contratação de uma consultoria, e que atrasa o processo de forma muito forte.

André Magnabosco, Agência Estado: E esse mercado de biomassa é um mercado que vocês devem olhar a partir da conclusão do processo de SPEs, ou não?

Mauro Arce: Sim, aí eu acho que facilita você ter um processo de parceria com outros agentes da iniciativa privada, e às vezes de forma minoritária e que de alguma forma resolveria um pouco o problema da necessidade desse processo licitatório através da Lei 8.666.

André Magnabosco, Agência Estado: Está certo obrigado Mauro, obrigado Almir.

Operadora: O senhor Roberto Alerigi, da Reuters, gostaria de fazer uma pergunta.

Roberto Alerigi, Reuters: Oi, bom dia. Na verdade é para fazer uma complementação. Foi perguntado aí sobre as usinas específicas, atualmente da CESP, mas eventualmente nesse eventual interesse da empresa em participar do leilão, as outras usinas também poderão ser avaliadas pela empresa, dado até mesmo tem um monte de PCH? E vocês poderiam me esclarecer só um pouquinho a questão desse problema da SPE, eu não entendi ao certo, a CESP é impedida de fazer, por lei, a SPE, a participar de leilões, é isso? Obrigado

Almir Martins: Bom dia Roberto, Almir. A Constituição Brasileira diz isso expressamente, a Constituição Estadual repete isso, uma empresa estatal, para poder participar de outra sociedade, ou para criar empresas, precisa de uma alteração legislativa. Isso é uma exigência da Constituição. As empresas normalmente vão buscar essa autorização de um modo genérico, a SABESP tem, a EMAE tem, e no caso da CESP

isso não foi feito no passado por força de que a CESP estava num processo de privatização e coisa similar – e ainda está no processo. Mas agora se vislumbra essa possibilidade de que você possa participar de um novo investimento, e para isso precisa sim da autorização legislativa. Participar do leilão nós estamos discutindo aqui, e vamos avaliar as condições, de Ilha Solteira e Jupia. Então eu não vejo nenhuma intenção da companhia em sair como operador de outras usinas, fora dessas duas.

Roberto Alerigi, Reuters: Obrigado.

Operadora: Lembrando que para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). Mais uma vez, para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (*1). Encerramos nesse momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra à CESP para as considerações finais.

Almir Martins: Agradecemos a participação de todos. As demonstrações financeiras e o nosso release de resultados estão disponíveis no website de Relações com Investidores (ri.cesp.com.br) e a nossa equipe de RI está à sua disposição pelos meios de contato que constam desse último slide. Muito obrigado a todos.

Operadora: A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos. Tenham um bom dia.